

SPE/65, FLS. 1 - VERSO

Por JOSÉ CARDOSO PIRES

Quando agora um de nós abre as páginas da «Literatura sob o Terror» dos anos portugueses de 60, três letras, três capitulares, erguem-se a prumo. Dominam o caos, as entrelinhas do silêncio.

Não têm o gravado da lápida, não constituem monumento: três iniciais, S. P. E., Sociedade Portuguesa de Escritores, simplesmente. São no entanto sigla e memória; a marca de uma unidade que recusava o prestígio oficial (i. é. a corrupção) e daí, coisa imperdoável, não cabem no «puzzle» dos compromissos e serem espaço pobre, incómodo; daí a ira e o pretexto para a sua destruição

que teve lugar no ano de 1965, sendo voz e braço das excomunhões culturais o licenciado Paulo Rodrigues com o «nihil obstat» de Salazar, pai da Pátria.

Era Maio, Primavera em espinhos, quando isso aconteceu. Um golpe de vingança, expedição, gargalhada punitiva, o que queiram chamar-lhe, caiu sobre a Sociedade de Escritores e entrou por ela adentro, portas abaixo, casa a saque, numa hora preparada ao abrigo da noite e da cumplicidade dos poderosos. Logo então (ainda a nuvem, o lamento, começava a libertar-se dos escombros) iniciaram-se as perseguições pelas vilas e cidades.

Assim: De todas as tocas e assembleias começaram a acudir vozes a justificar o assalto e todas falavam de heresia do pensamento e da pátria em pérgo; depois vieram os padres de cruz missionária — clamavam perdão

aos intelectuais, esses traidores!; depois as escolas cumpridoras e logo atrás os pregoeiros de televisão, que também despediam ódio, dever de ofício; por último chegou a mãe do soldado, esta em voz estremunhada, perdida — seja, concordava ela, castigo ao escritor.

Nos céus cruzavam-se telegramas, esvoaçavam mensagens. O país-todo era uma constelação de sons em fúria.

Sós e desalojados, os escritores (os muitos, entenda-se, que contra o tempo tinham ganho voz e traço próprio) os escritores, digo, chamaram a si todo o orgulho de perseguidos. Uniram-se pela dolorosa seiva, essa que destilam os perseguidos e que cristaliza em formas de extrema lucidez.

Um deles, Abelaira, a ferros na central da P.I.D.E., recusava a sua inocência para assumir o destino dos camaradas presos. Outros planeavam o regresso aos destroços — e não era uma velada que (Fiama, Gastão Cruz e os mais poetas) propunham, era a acusação na rua: o País alvoraçado com paradas da cultura e eles de guarda aos restos da Sociedade; em piquetes de silêncio, honrando a chaga. Isto enquanto alguém, Piteira Santos, em certo lugar da cidade, escrevia. Lavrava o nosso protesto comum e fazia-o no tom e no risco das insubmissões que não se podem adiar e que pesam, fazem remorso.

Estes, como tantos mais, eram escritores sob o fascismo — e isso já de si diz muito. Diz, entre outras coisas, que de certa maneira tinham experiência de marginais e que, melhor ou pior, todos sabiam de isolamento: de como alimentar-se dele e de como nele resolver a palavra. Praticavam-na — á palavra, á frase — o mais atentamente e o mais tentadamente que é possível, e sempre no gume, na linha do seu peso específico. Sabiam igualmente que para ser exacta, densa e feliz, ele tinha de vir do natural de uma liberdade interior e não apenas ao nível da escrita — razão por que estavam tão atentos ao País, ou seja, a si próprios.

No poema e no gesto político punham por igual a assinatura: era a paz interior que lhes conduzia a mão.

Quando tudo pareceu serenar (normalizar, é o termo) estavam suspensos no vácuo de uma cratera fria. Podiam distinguir lá longe, sopros de fumo, os vultos dos inquisidores a toda a volta.

Compreende-se com que curiosidade assistiram à recomposição da paisagem após eles — após a morte civil a que tinham sido votados, o Index vigiava-os, agora em capítulo *pro graviobus*, como se diz. Mas a cada instante despontavam apressadamente novas censuras — as paralelas, privadas e voluntárias — e eles pensavam é o medo, é o medo, sentindo já a mão fascista da tolerância (a tal que sucede à do extermínio) a alisar o horizonte onde

e assim recomeçava a vida. Um cheiro de fermentos esquecidos ocupava a terra.

Saltitavam por lá os primeiros desertores que, afinal, eram apenas cidadãos de escrita apressada — de escrita e glória apressada, quando muito. Olhinhos trepadores.

Terríveis, aqueles anos. E digo terríveis porque de todo o quotidiano do fascismo o pior que nele se gera é a decomposição triunfante, a criatura híbrida das adaptações. Exemplo, o escritor assimilado.

(Escritor quê?, pergunta alguém com os seus botões. E vendo esses escreventes a formigar, o mesmo alguém corre ao Catálogo das Famílias Literárias, edição corrente. Lê: «Escritor assimilado (a designação será outra, mas adiante) — espécie secundária, frequente nas crises de transformação do *habitat*; formalmente liberal, por vezes de textura democrática; apresenta-se em múltiplas variantes, de acordo com as características do meio.»)

O que espanta, dizem hoje os observadores, é a cumplicidade independente. (Falam do á-vontade com que se movimentavam as referidas criaturas). De facto admiram-se com a maneira como elas conviviam com os opressores — o convívio fazia parte da sua natureza vivaz — e sempre sem se comprometerem por escrito. Colaboravam, não tenhamos medo das palavras. Colaboravam, não pelo que diziam mas pelo que calavam e porque, em nome da sua, deles, independência, se passeavam nas mesmas tribunas onde se destruía a dos outros.

Isto, repete-se, aconteceu a partir da data de 65, zona confusa. Sem a S. P. E., ponto de convergência e de clareza começaram a germinar todos os produtos retóricos da decomposição. E eis porque os assimilados cresceram e se multiplicaram e às vezes emanavam luminosidade. No árido horizonte cultural eram vírgulas animadas. Vaga-lumes. Coisa assim.

Os escritores, os perseguidos, lá do exílio interior olhavam e assistiram. Através e por cima de tudo continuavam com as três letras, S-P-E-E, impressas de memória e em azul censorial e que já não eram letras ou eco altivo, mas código, gramática comum.

Com elas festejaram o dia da liberdade geral.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES: NOVE ANOS DEPOIS DE UM CRIME DO FASCISMO CONTRA A CULTURA

Foi há nove anos, completados em 22 de Maio, que o fascismo perpetrou um dos seus mais vis atentados contra a nossa cultura: a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, integrada numa miserável campanha contra os homens de letras e intelectuais deste País que nunca abdicaram da sua condição de homens livres. O fundamento, ou pretexto, foi, como se sabe, a atribuição do Grande Prémio de Novelística a Luandino Vieira, pelo seu livro «Luanda».

Apelidado de «terrorista», apenas por ser outro (presumível) elemento do M. P. L. A. aquele nosso colaborador foi condenado a 14 anos de cadeia, sendo enviado para o sinistro campo de concentração do Tarrafal. Quando a S. P. E. lhe atribuiu tal alto galardão, porque a sua obra indiscutivelmente o merecia, praticando assim um acto de justiça e coragem, viu-se ferozmente perseguida, sendo até a sua sede saqueada

por um grupo de energúmenos — constituído sobretudo por «pídes» e legionários.

Então, a S. P. E. e os escritores foram atacados de todos os modos, com a covardia e a impunidade de que os fascistas gozavam, sabendo que sob a égide máxima de Salazar e seus serventuários, e com as «protecções» eficientíssimas da polícia política e da censura, não era possível aos vilipendiados o mínimo de defesa ou sequer de esclarecimento ou resposta. E de tudo se lhes chamou, desde «terroristas» a «traidores à Pátria», «energúmenos», etc. Enquanto isso, havia também silêncios comprometedores e, pior, «escritores» que se demitiam de «sócios» ou faziam declarações que não estão esquecidas.

A história está por fazer. Mas basta ler as páginas do «Diário de Notícias» de então, para se ver que é necessário fazê-la, ou que pelo menos há coisas que convém lembrar. Como isto que, entre

muito mais, o tal «D. N.» de então escrevia na sua 1.ª página:

«Na Metrópole como no Ultramar, e de maneira mais sentida em Luanda, que justamente considerou a decisão do júri daquela Sociedade como um ultraje à memória dos mortos e à bravura dos vivos que se deram e dão pela Pátria. De todos os lados e dos mais diferentes sectores da vida portuguesa nos chegamos as manifestações da repulsa de quem apenas sabe cultivar sentimentos patrióticos».

A história está por fazer. Mas é preciso começar a fazê-la. O nosso contributo inicia-se hoje, e julgamos que da melhor maneira, com o artigo de José Cardoso Pires, o depoimento de José Gomes Ferreira, actual presidente da Associação Portuguesa de Escritores, legítima continuadora da S. P. E., e o desenho de João Abel Manta. Num dos próximos números desta página voltaremos ao assunto.

«todas as manifestações superiores do espírito só podem ser desejadas, pois que pela sua autenticidade e independência jamais se submetem a quaisquer suversões dos valores nacionais»
(Moreira Baptista)